

Guilherme P. Arbache

Representação política na América Latina: uma análise dos mecanismos causais da congruência ideológica em cada fase do processo eleitoral

43º Encontro Anual da ANPOCS

21 a 25 de outubro de 2019

Resumo

A congruência ideológica entre representantes e cidadãos tem sido utilizada como medida de qualidade da representação. No entanto, costuma-se analisar a essa congruência de maneira agregada, sem separar as distintas fases do processo eleitoral. No presente estudo, realizamos essa separação, comparando as distribuições ideológicas de: 1- cidadãos e eleitores; 2- eleitores e partidos em que votaram; 3- votos e cadeiras. Cada fase desse processo tem suas variáveis explicativas: na primeira, fatores como Voto Compulsório. Na segunda, esse e outros fatores institucionais, como o Sistema Eleitoral mas também fatores comportamentais (como a disposição para votar ideologicamente vis-a-vis outros fatores que conformam o *valence voting*). Na congruência entre votos e cadeiras, por sua vez, novamente entra a proporcionalidade do sistema eleitoral, além de fatores como *malapportionment*. Resultados preliminares na América Latina apontam para a fase eleitoral como sendo a maior fonte de distância ideológica entre cidadãos e representantes. Em seguida, buscaremos identificar quais variáveis explicativas acima têm maior influência nessa etapa (comportamento político ou fatores institucionais)

Palavras-chaves: ideologia; representação política; congruência ideológica; sistemas eleitorais; voto compulsório.

1 Introdução

O problema da representação política tem ocupado a mente de analistas há muito tempo. Mais recentemente, o sentimento de desconexão entre elites políticas e cidadãos comuns incentivou o desenvolvimento de estudos sobre as causas da assim chamada *congruência ideológica* por todo o planeta. Calculando a distância entre a posição de cidadãos e representantes numa escala Esquerda-Direita (BLAIS; BODET, 2006; GOLDER; STRAMSKI, 2010) ou em questões políticas mais específicas, como intervenção do Estado, aborto e outros temas abordados não apenas por pesquisas de opinião pública mas também nas realizadas com elites (STADELMANN et al., 2013; BELCHIOR; FREIRE, 2013), essas análises buscam explicar porque em alguns países essa distância é maior do que em outros.

Essa abordagem tem sido utilizada principalmente no debate sobre sistemas eleitorais majoritários vs proporcionais (GOLDER; LLOYD, 2014; GOLDER; FERLAND, 2017; BLAIS; BODET, 2006; POWELL, 2009; WALGRAVE et al., 2009). Mais do que isso, o tema da congruência ideológica desenvolveu sua própria literatura, onde foram adicionadas outras variáveis explicativas em nível institucional, como voto compulsório (SINGH, 2016; HOOGHE; STIERS, 2017), e individual, com abordagens multiníveis (BELCHIOR, 2013; DOLNY; BABOŠ, 2015), além de fomentar debates sobre o comportamento eleitoral (WARWICK, 2016; MCALLISTER; SHEPPARD; BEAN, 2015).

Não obstante, ainda há poucos estudos em regiões como a América Latina e sobretudo em sistemas presidenciais, como notado por Golder e Ferland (2017), e ainda que hajam exemplos como os acima mencionados, a compreensão sobre como outras variáveis (para além do sistema eleitoral) afetam a congruência.

Ademais, a abordagem mais comum nessa literatura tem sido através de estudos quantitativos com regressões utilizando dados agregados (e um número de casos reduzido). Aqui, nos referimos a dados agregados como medidas da congruência sem distinguir as etapas pelas quais essa representação eleitoral se desenvolve, desde o momento de *turnout* (o primeiro "filtro" de

representação, em que alguns cidadãos já deixam de manifestar sua preferência) até o momento da alocação de cargos representativos no Executivo e Legislativo.

Este artigo propõe uma abordagem inovadora para os estudos de congruência ideológica ao desmembrar a análise de acordo com essas diferentes fases do processo eleitoral. Oferecemos, inicialmente, uma investigação de países latino-americanos, para entender as diferenças na distribuição ideológica entre 1-cidadãos e eleitores, 2- eleitores e partidos votados (*voters-to-votes* e finalmente 3- entre esses votos e as cadeiras resultantes (*votes-to-seats*). Nesta etapa, utilizamos dados de pesquisa de opinião pública (*Latin America Public Opinion Survey*, o Barômetro das Américas, da Universidade de Vanderbilt) e de opinião de parlamentares, com o PELA (*Projeto Elites Latinoamericanas* da Universidade de Salamanca).

Após isso, tendo constatado que a 2ª etapa é onde há a maior diferença entre as distribuições (portanto, a maior fonte de *incongruência* ideológica), não havendo sequer diferenças significativas entre países nas outras etapas, procedemos para uma análise mais pormenorizada dessa etapa, buscando entender melhor os mecanismos causais atuantes *nesta* etapa. Aqui, usamos dados do CSES (*Comparative Study of Electoral Systems*, pois só essa pesquisa nos fornece dados sobre a ideologia dos partidos na percepção do próprio cidadão/eleitor.

Em cada uma dessas etapas diferentes *variáveis explicativas* podem atuar. Na primeira etapa (de cidadãos para eleitores), o voto obrigatório pode exercer um papel importante, assim como qualquer outro fator que impacte a participação eleitoral. Afinal, em países onde uma parcela mais próxima da totalidade dos cidadãos (em idade de votar) comparece às urnas, as chances de que a distribuição ideológica desses eleitores seja próxima ou quase idêntica à dos cidadãos é alta. Dessa forma, "perde-se" pouco em termos de congruência ideológica aqui. No entanto, uma amostra próxima de 100% nem sempre é mais representativa do todo do que uma amostra menor, se houver algum viés considerável na mesma. Se isso vale para estatística, também vale para representação política. De fato, há estudos no Brasil sugerindo que o voto obrigatório *umenta* o viés da participação eleitoral, ao invés de diminuí-la, por haver um maior efeito das penalidades aplicáveis às classes médias e altas do que às populações de menor poder aquisitivo (CEPALUNI; HIDALGO, 2016; POWER, 2009)

Mas não é só aqui que o *voto obrigatório* pode influenciar. Na segunda etapa, quando escolhemos em quem votar, a existência dessa regra pode trazer às urnas pessoas que votam aleatoriamente ou de maneira literalmente equivocada (ou seja, não assinalando o candidato ou partido que realmente queriam), especialmente em combinação com sistemas eleitorais de maior demanda cognitiva, com muitos candidatos e regras complexas, e com baixo nível educacional ou de alfabetização (MCALLISTER; MAKKAI, 1993; HILL; YOUNG, 2007).

Mas independentemente de voto compulsório e equívocos nas urnas, é na etapa do voto que muitos efeitos do sistema eleitoral e dessas características individuais relacionadas à cognição e conhecimento político podem ser sentidos. A frequente discussão sobre sistemas majoritários e proporcionais, por exemplo, tem lugar importante aqui: um sistema em que, de partida, não há opções tão próximas ao eleitor, já começa com uma certa desvantagem, por mais que tenha todo conhecimento e interesse para escolher seu voto com base em semelhanças ideológicas. Por outro lado, há um fator que pode ser atribuído ao contexto ou mesmo à cultura política: as pessoas nem sempre escolhem seu voto com base em posição política. Características relacionadas à capacidade ou mesmo integridade dos candidatos podem ser tão ou mais importantes do que semelhança ideológica para alguns eleitores (CLARKE, 2009, cap.2). Este é um ponto importante para interpretar a incongruência, já que pode tirar o peso de um julgamento normativo sobre votos mais distantes ideologicamente. Se, havendo opções e conhecendo-as bem, o eleitor ainda assim prefere levar mais em conta outros fatores do que a ideologia, pode-se questionar se isso seria ruim

para a qualidade da representação.

Aparentemente, portanto, é aqui que toda a "mágica" da representação acontece, com uma rica interação entre fatores socioeconômicos, culturais e institucional. E de fato os resultados empíricos abaixo apresentados demonstram que a parte mais considerável da variação na distribuição ideológica se dá neste momento, sugerindo que devemos analisar mais pormenorizadamente este momento. Dessa forma, fazemos uso dos dados do CSES para identificar quais fatores, no momento do voto, explicam a congruência: 1- a oferta de candidatos (ou seja, a existência de opções mais próximas ao eleitor); 2- a percepção/conhecimento do eleitor sobre a ideologia dos partidos e 3- o *valence* vote (o voto deliberadamente não-ideológico).

No entanto, há ainda um terceiro momento, um processo último pelo qual os votos se concretizam em cargos representativos: os cálculos de cadeiras para cada partido¹. Aqui, novamente, sistemas mais proporcionais teriam vantagens. Além disso, a distribuição geográfica entre votos/tamanho populacional e vagas (no Congresso, por exemplo) pode ter papel importante. Pensando no caso brasileiro, poderíamos esperar que na Câmara dos Deputados e, mais ainda, no Senado Federal, haveria uma sobre-representação de posições ideológicas mais comuns a estados de regiões menos povoadas, como o Norte e Centro-Oeste do país, decorrente de uma distorção entre o número de vagas para cada Estado da Federação e a população residente (*malapportionment*).

Ainda que seja um estudo de caráter mais exploratório, sem testes de hipóteses mais robustos, ele pode contribuir na compreensão dos mecanismos causais que levam países a uma representação mais exitosa em termos ideológicos. Dessa forma, pretendemos apontar futuros caminhos nos estudos sobre ideologia e representação, inclusive no que se refere ao tipo de dados que podem ser coletados para o avanço dessa área de estudos. Antes de proceder às análises empíricas, cabe, no entanto, uma reflexão sobre como medir a congruência ideológica.

2 Medindo ideologia e representação

Aqui, evitaremos uma discussão sobre os conceitos de ideologia e representação, mas há algumas questões que não podemos ignorar ao operacionalizar esses conceitos para calcular nossa variável dependente. Primeiramente, precisamos nos questionar como medir ideologia? Em seguida, debatemos as escolhas possíveis para se medir *representação ideológica*, as quais envolvem questões matemáticas e de teoria política.

2.1 Escala ideológica Esquerda-Direita vs *policy issues*

A medida mais utilizada de ideologia na literatura é a escala Esquerda-Direita de 0 a 10. No entanto, essa medida está longe de ser inquestionável, sendo um dos motivos para alguns autores utilizarem outra alternativa: questões específicas sobre a posição política em questões como *aborto*, *casamento gay*, *Estado vs Mercado*, entre outras. A seguir, um breve resumo sobre as vantagens e desvantagens do uso da opção tradicional por Esquerda e Direita.

Em primeiro lugar, existe o problema da polissemia. Esquerda e direita não são a mesma coisa em todos países ou mesmo dentro de um mesmo país - o que é ainda mais problemático

¹ Aqui pensando mais no Poder Legislativo, mas isso também vale integralmente para eleições no Executivo, já que o percentual de votos não significa percentual de poder, de representação, no Executivo. Ademais, em muitos regimes parlamentaristas há ainda um outro processo neste momento pós-voto: a formação de coalizões de governo. Este processo eminentemente político define o percentual de representação, por assim dizer, que cada partido e, conseqüentemente, cada posição ideológica, terá no governo que se inicia. É por isso que estudos de congruência no Executivo muitas vezes calculam a ideologia de um governo a partir da proporção de todos partidos que formam a coalizão.

para um estudo de congruência. Uma compreensão diferente para cada país pode ser ruim, mas não prejudica tanto se elites e cidadãos dentro de cada país entendem Esquerda e Direita de forma semelhante. No entanto, se há uma variação grande *dentro* de um país, a métrica começa a perder seu valor: como podemos dizer que alguém está mais ou menos próximo de seus representantes numa escala ideológica se cada indivíduo compreende essa escala de maneira diferente?

Em segundo lugar, precisamos nos questionar: esses termos estão de fato capturando o que realmente importa para as pessoas? Se queremos medir ideologia tendo como objetivo final uma medida da *qualidade da representação política*, essa medida precisa ter significado *para aqueles que são representados*, na esfera representativa respectiva. A visão política desejada por cidadãos para um líder sindical, um prefeito, um deputado ou para o Presidente da República não é necessariamente a mesma, da mesma forma que a habilidade na direção é mais importante para escolher um motorista de caminhão do que sua posição sobre *aborto*.²

Por outro lado, há muitas vantagens no uso da escala Esquerda-Direita. A começar pela quantidade incomparável de dados. A grande quantidade de pesquisas de opinião (ou mesmo de elites) que utilizam essa escala, em geral com amplitude idêntica (0 a 10), possibilita análises quantitativas com um número de países e pontos no tempo muito maior do que com elementos ideológicos mais específicos. A escala de 0 a 10 também facilita cálculos e interpretações dos mesmos, além de não ter os problemas de *wording* (textos diferentes) que existem frequentemente entre pesquisas de opinião e de elites para questões ideológicas específicas.³

Ademais, como Norberto Bobbio afirma em seu livro sobre a importância atual de Esquerda e Direita (BOBBIO, 1996), a onipresença desses termos no vocabulário político é por si só uma evidência mais do que suficiente de que esses conceitos capturam algo extremamente relevante nas relações políticas. No tocante a estudos de congruência, isso inclui não apenas o que Esquerda e Direita capturam diretamente (a posição sobre *igualdade*, de acordo com o autor), mas também outros assuntos para os quais essa escala serve como *proxy*. Não há uma métrica perfeita. Sendo assim, devemos nos perguntar: qual o desempenho de cada alternativa para estudar a congruência? Antes de explicar as escolhas no presente estudo, foquemos agora na segunda alternativa: quais as vantagens e desvantagens no uso de *policy issues* (questões políticas específicas)?

O uso de *issues* tem se mostrado promissor. Há uma quantidade crescente de dados, com cada vez maior identidade entre pesquisas de opinião e de elites. Um bom exemplo são as últimas "ondas" da survey parlamentar da Universidade de Salamanca, que incluiu questões exatamente iguais às do Barômetro das Américas. Essa nova fonte de dados comparativos é utilizada tanto por (LUPU; SELIOS; WARNER, 2017) quanto no presente artigo.⁴

Em segundo lugar, as pesquisas acima mencionadas utilizam escalas que são fáceis de interpretar e utilizar em representações gráficas e cálculos matemáticos, semelhante às escalas que temos para Esquerda e Direita (algumas delas estão em escalas de 10 pontos, outras de 7 pontos, o que ainda permite uma variabilidade considerável).

Por último, as questões sobre questões específicas geralmente recebem uma taxa de resposta mais alta do que as perguntas sobre posição do entrevistado na escala Esquerda-Direita

² Esse exemplo pode servir mais para nos mostrar a importância do *valence vote* do que para ilustrar as dificuldades de se encontrar uma medida de ideologia que seja representativa, mas pretendemos chamar a atenção aqui para o fato de que em cada cargo representativo podemos estar buscando elementos diversos, mesmo pensando apenas em elementos ideológicos e não em outras questões, como habilidades.

³ Não há muitas formas de se perguntar qual a posição de alguém numa escala de 0 a 10 - se há diferença entre elas, é tão insignificante que permanece ignorada por todos estudos da área.

⁴ Na Europa, podemos encontrar boas fontes de dados sobre representantes, como o MEP (Members of the European Parliament survey).

(parece mais fácil para as pessoas determinarem sua posição em assuntos concretos, desde que não sejam específicos demais, do que se posicionar numa escala política mais abstrata)⁵.

No presente estudo, como já mencionado, utilizaremos de ambas alternativas. Na primeira etapa, ao dissecar as 3 fases do processo eleitoral, utilizamos dados da América Latina, com as duas pesquisas acima mencionadas. Isso nos permite uma análise mais robusta, tanto com a escala abstrata Esquerda-Direita quanto com *policy issues*, sempre utilizando-se do posicionamento dos próprios cidadãos e dos *parlamentares eleitos* de cada partido.

Na segunda parte de nossa análise, em que buscamos explicar as diferenças ideológicas entre eleitores e seus votos (ou melhor, os partidos votados), temos apenas a escala Esquerda-Direita. No entanto, nem sempre a medida utilizada aqui é o *auto-posicionamento* nessa escala. Para entender como o conhecimento e a percepção subjetiva de cada indivíduo pode afetar a congruência, a comparação que fazemos é com a ideologia atribuída por *experts*.

Para além da discussão acima exposta, há uma discussão na literatura sobre as diversas opções para determinar a posição Esquerda-Direita de nossos representantes: dados de *experts*, auto-posicionamento de parlamentares, análises de Estatutos partidários (mais especificamente o *Comparative Manifesto Project*), ou mesmo o uso de *issues* para criar uma escala a partir desses posicionamentos concretos.

Para comparações com o posicionamento dos próprios eleitores, parece interessante usar algo parecido. Portanto, se perguntamos aos eleitores "Qual sua posição na escala Esquerda-Direita?" devemos fazer algo semelhante com os parlamentares para poder fazer uma comparação satisfatória. Da mesma forma, se pretendemos construir alguma escala a partir de questões concretas, isso deve ser feito para cidadãos e para parlamentares - mas isso não é possível com dados do CSES, e não parece proveitoso com dados como os utilizados na outra parte desse estudo: se uma pessoa tem uma visão muito "à direita" para aborto e muito "à esquerda" para questões de estado, mas um partido tem visões opostas em ambas as questões, uma escala dessas iria colocar os dois com posições semelhantes (máxima congruência).

No entanto, se queremos entender como essa visão pela parte dos próprios eleitores pode fazê-los votar em candidatos distantes (de acordo com outras visões, possivelmente mais objetivas), podemos utilizar outros dados, como as *expert surveys* incluídas nos dados do CSES. É por isso que utilizamos, para a posição dos partidos, o posicionamento dado pelos próprios eleitores e por *experts*.

Como acabamos de mencionar, as pesquisas com países latino-americanos aqui utilizadas dispõem de dados tanto para a posição Esquerda-Direita quanto para *issues* específicos. Por isso, sairemos agora do debate sobre qual dessas 2 métricas de ideologia é superior, para verificar a *correspondência* entre elas, fazendo uso desses dados. Em outras palavras, tentamos aqui elucidar o que significa Esquerda e Direita para os cidadãos e parlamentares latino-americanos, ou melhor, qual a posição de pessoas à esquerda e à direita sobre *aborto, casamento gay, e o papel do Estado*. Não pretendemos uma análise profunda do assunto, já que isso mereceria um artigo inteiro, mas isso nos auxilia a entender o que os dados que utilizamos aqui (e em outros contextos) estão de fato medindo.

⁵ No Barômetro das Américas de 2010, alguns países chegaram a mais de 40% de não-resposta para o auto-posicionamento Esquerda-Direita, enquanto nos *policy issues* raramente essa taxa supera os 10%.

2.1.1 Correspondência entre Esquerda-Direita e posições em questões concretas na América Latina

Afora questões de ordem mais metodológica e de disponibilidade de dados, o problema principal na discussão acima é o significado substantivo de questões ideológicas das pesquisas. Michael (FREEDEN, 1996), estudioso das ideologias, considera que os elementos de uma família ideológica possuem "adjacências lógicas e culturais" entre si. Adjacências lógicas se referem ao *rationale* que faz com que certas ideias sejam sempre associadas. Já as adjacências culturais se referem a associações feitas em certos contextos, em locais e épocas específicos, independentemente da base lógica por trás dessas associações. Nas estatísticas descritivas abaixo apresentadas, procuramos verificar quais as adjacências culturais entre Esquerda/Direita e temas como aborto, casamento homoafetivo e igualdade. Coalizões partidárias do momento, discussões *salientes* e quaisquer outros elementos de nossa vida política influenciam essas associações.

Os dados do Barômetro das Américas nos mostram que não há padrões claros na relação entre Esquerda-Direita e alguns *issues*, pelo menos em boa parte dos países. Como podemos ver na Figura 1, o apoio à posse de empresas pelo Estado (medido numa escala de 1 a 7) está mais associado à esquerda, como esperado, mas não se observa uma tendência regular exceto para a Colômbia (2012) e, em menor intensidade, o Chile (2010) e Uruguai (2010 e 2012).

Ainda sobre *estatismo*, a responsabilidade do Estado na provisão de serviços de saúde também não tem correlação clara ou linear com Esquerda e Direita. Em países como Honduras e mesmo Guatemala (em 2012) há até uma leve tendência de maior apoio quando nos movemos à direita no espectro político.

O mesmo se aplica a questões culturais: apenas entre os uruguaios há uma maior aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo na Esquerda. Chile e Colômbia também apresentam um decréscimo do apoio a essa causa quando se move à Direita, mas os outros países não. A maior parte dos latino-americanos entrevistados não é favorável ao direito de casais homoafetivos ao matrimônio, o que explica a falta de qualquer tendência mais acentuada na relação com Esquerda e Direita: é difícil haver uma correlação forte com algo que não varia.

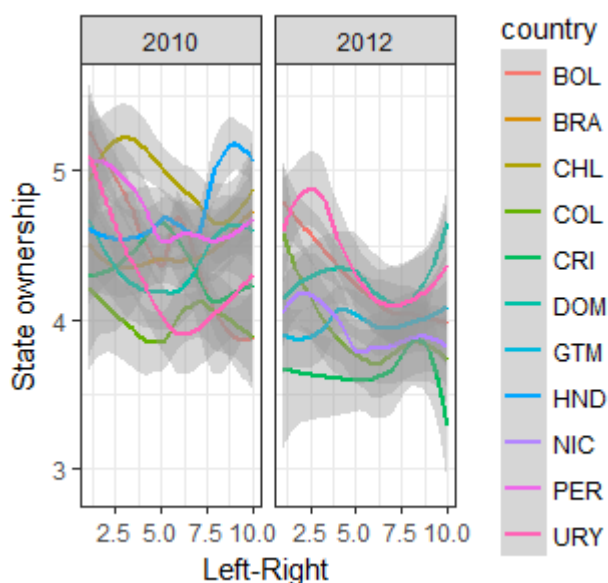


Figura 1 – Apoio propriedade estatal de empresas e posicionamento Esquerda/Direita (LAPOP)

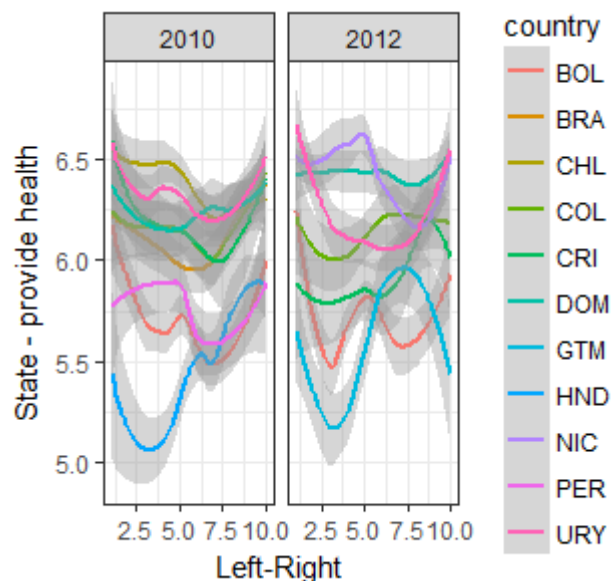


Figura 2 – Papel do Estado na proviso de servios de sade e posicionamento Esquerda – Direita (LAPOP)

Esse predomínio do conservadorismo na região também pode ser sentido em dados de outra pesquisa de opinião internacional, o *World Values Survey* (2010-2014), no que se refere ao apoio ao aborto (questão essa que não consta em todos países/anos do Barômetro das Américas). A maioria dos cidadãos entrevistados acredita *nunca* ser justificável interromper uma gravidez (Figura 4). Essa visão é bem representada nos parlamentos da região, como podemos ver nos dados do PELA na Figura 5 (as colunas em azul representam a visão mais desfavorável ao aborto possível nas pesquisas, ambas com uma escala de 10 pontos).

Por um lado, o fato de não haver uma relação monótona ou qualquer correlação clara entre a identificação de um indivíduo com Esquerda e Direita e sua posição nessas questões substantivas pode ser desanimador, sugerindo que talvez essa classificação tão frequente e estabelecida não tenha mais tanto valor, ou que as pessoas simplesmente não possuem uma ideologia sistematizada, como sugeria Converse (2006). Mas o que se pode inferir disso é apenas que, para os países em questão, a escala abstrata não está medindo a mesma coisa que as questões substantivas. Sendo assim, análises que envolvem ambas as medidas podem ser mais *robustas*. Se a visão de Bobbio se sustenta nos países latino-americanos, a correlação entre Esquerda e Direita seria mais clara com outro elemento substantivo: a defesa da *igualdade*.

Nas análises apresentadas abaixo, utilizamos tanto a escala abstrata quanto esses *policy issues*. Nas análises apresentadas demos preferência para uma questão cultural (*apoio ao casamento de pessoas do mesmo sexo*) e *papel do Estado* (que seria parte da dimensão Econômica de Esquerda-Direita). A outra variável da dimensão cultural (aborto) só está disponível no Barômetro das Américas em alguns países/anos, e com texto e escala diferentes (respostas binárias "Sim/Não").⁶ Quanto às variáveis relacionadas a *estatismo*, há 6 questões disponíveis (muitas delas utilizadas por Lupu, Selios e Warner (2017)). Reportamos principalmente análises com a questão sobre propriedade estatal de empresas, mas fizemos testes com as outras opções disponíveis.

⁶ Poderíamos utilizar os dados do World Values Survey, mas há uma quantidade muito pequena de países latino-americanos.

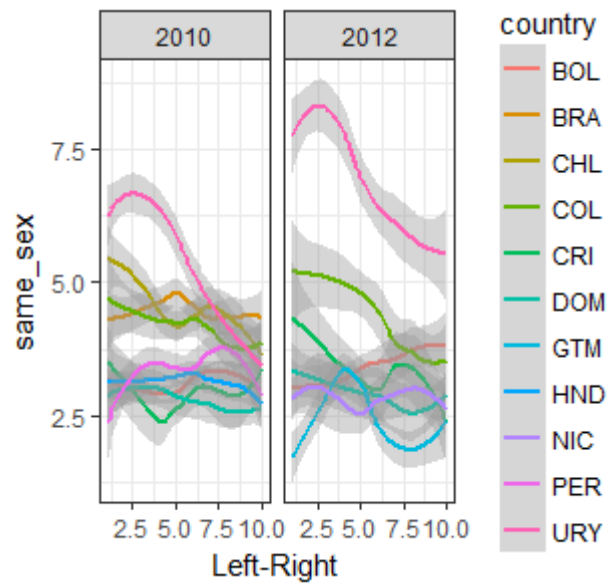


Figura 3 – *Left – Right and same – sex marriage (LAPOP)*

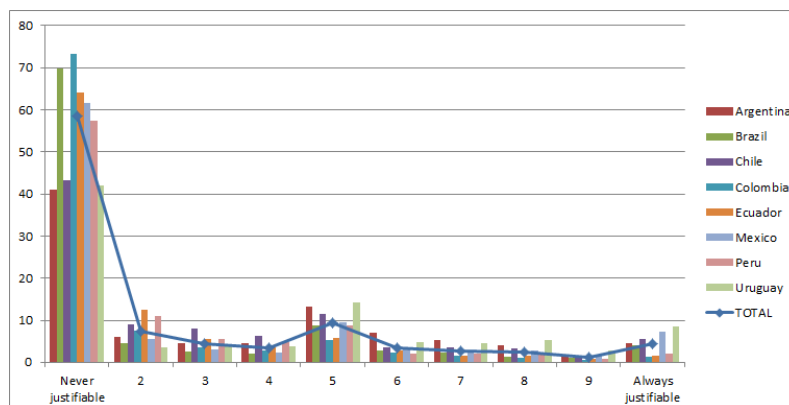


Figura 4 – *Support for abortion (WVS)*

2.2 Medindo a representação

Assim como na seção anterior, não nos alongaremos em debates conceituais aqui. No entanto, é preciso mencionar alguns dilemas na definição de representação. Só no famoso livro de (PITKIN, 1967) podemos encontrar 4 conceitos distintos. Dentre eles, o que mais parece se aproximar de uma representação em termos ideológicos é a *representação simbólica*, mas a *representação substantiva* e *descritiva* também guardam alguma semelhança com nossa variável dependente. Mas independentemente de qual concepção desta autora melhor enquadra a nossa, podemos retirar alguns *insights* de sua obra.

PITKIN se refere à representação "congressual", ou proporcional, como uma versão miniatura do conjunto da população, exatamente como queremos que seja uma amostra (numa pesquisa de opinião, por exemplo). A autora também menciona um componente de "executabilidade" (lembrando o dilema governabilidade x representação), o qual estaria mais próximo de uma visão majoritária da representação política.

Aqui, existe uma questão metodológica, até matemática, por assim dizer: se queremos

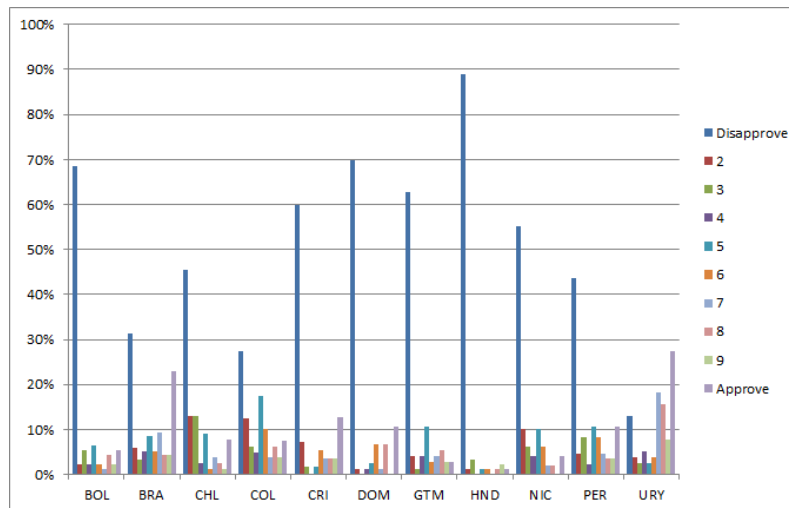


Figura 5 – *Support for abortion (ELA)*

entender a representação em termos de proporcionalidade, dessa versão em pequena escala da sociedade, devemos comparar as *distribuições* ideológicas dos cidadãos e dos representantes, ao invés de comparar as *médias*, por exemplo (as quais, indo de encontro à ideia de *median voter*, parecem mais próximas à visão Majoritária acima descrita). Com efeito, essa abordagem tem sido utilizada com frequência, desde estudos como (GOLDER; STRAMSKI, 2010). Em trabalho recente, (LUPU; SELIOS; WARNER, 2017) nos apresentam evidências matemáticas em favor de uma forma específica de comparar as distribuições, o "Earth-Mover's Distance" (EMD). Esses autores demonstram as vantagens analíticas dessa medida em relação à diferença de médias ou mesmo a outras formas de contrastar distribuições, como a comparação de CDFs (*Cumulative Distributive Functions* ou PDFs (*Probability Distribution Functions*)). A vantagem do EMD consiste no fato de que essa medida utiliza todos os dados nas distribuições que pretendemos comparar (calculando quanto "trabalho" seria necessário para "mover" dados numa distribuição para torná-la perfeitamente igual à outra).

O argumento de (LUPU; SELIOS; WARNER, 2017) é bastante persuasivo, ao mostrar que o EMD é a métrica mais coerente em termos de *cardinalidade* e *ordinalidade*. Mesmo que se prefira um método como a diferença de médias por razões teóricas (uma visão mais majoritária da democracia), o EMD sintetiza, de certa forma, o que tanto a diferença de médias quanto as outras medidas de distribuição representam. Por essa razão, na próxima parte deste trabalho utilizaremos esta medida.

3 Análise empírica - a congruência ideológica em várias etapas

Procedemos para uma análise da proximidade ideológica entre cidadãos e representantes, a partir de um desmembramento do processo eleitoral em 3 etapas. Como já mencionado, nem todas as pessoas votam. Na América Latina, as taxas de participação eleitoral são frequentemente altas, devido ao voto compulsório. Podemos esperar que isso traga maior congruência ideológica, ao menos entre cidadãos e eleitores.

O segundo passo do processo eleitoral é o ato de votar em si. A decisão do voto é o momento em que as preferências do indivíduo são transmitidas. No entanto, como já insistimos acima, há uma 3ª etapa, em que os votos se transformam em cadeiras, as quais não são perfeitamente

proporcionais ao percentual de votos de cada partido.

A literatura de congruência ideológica despendeu parte considerável de sua atenção no debate sobre Sistemas Majoritários x Representação Proporcional. Entretanto, os efeitos de sistemas eleitorais são complexos, e ocorrem através dessas diferentes etapas. Em uma primeira análise, parece que a Representação Proporcional é superior porque traz *mais* opções de candidatos/partidos às urnas (*segunda etapa*) e mais proporcionalidade entre votos e cadeiras (*terceira etapa*). Não obstante, em países como o Brasil, onde a Câmara baixa é eleita através de Representação Proporcional, a quantidade de partidos e candidatos pode ser tão alta que a congruência *diminui*, por tornar a escolha eleitoral um fardo cognitivo muito grande. Esse paradoxo de mais opções levando a escolhas *piores* é bastante conhecido pelos psicólogos (LEVITIN, 2014). Ademais, em sistemas majoritários, a coordenação *pré-eleitoral* frequentemente maximiza a congruência, de maneira semelhante ao que ocorre *após* as eleições para o Poder Executivo em sistemas proporcionais (parlamentarismo) (GOLDER; FERLAND, 2017).

Os estudos de congruência ideológica na América Latina trazem à tona outras variáveis independentes, como *idade da democracia*, igualdade econômica, estabilidade do sistema partidário e outras características relacionadas a desenvolvimento socioeconômico e institucional. Não obstante, esses estudos raramente encontram resultados expressivos, especialmente quando se utiliza a variável dependente de Lupu, Selios e Warner (2017), o EMD. Claro que isso não é um motivo para abandonar esses temas de investigação por completo, mas devemos nos indagar: por que devemos utilizar variáveis explicativas totalmente diversas das que se encontra em estudos com países mais desenvolvidos?

Adicionalmente, podemos nos indagar sobre o parco interesse em questões como a diferença entre regimes parlamentaristas e presidencialistas. Autores como Golder e Stramski (2010) não apenas deixam de lado essa questão, como excluem países presidencialistas de sua análise (tornando o N ainda menor do que já seria). Como Golder e Ferland (2017) defendem, a literatura de congruência ideológica ganharia muito com investigações sobre sistemas presidencialistas. Ainda que não seja o objetivo desse artigo (e sequer estamos estudando eleições no Poder Executivo), a abordagem aqui apresentada pode se mostrar útil neste tipo de análise, desmembrada por etapas. Essa negligência também parece se aplicar a outras variáveis explicativas, como voto compulsório, que, como já mencionado, pode impactar a representação na 1ª e 2ª fases do processo eleitoral.

Nas análises a seguir, calculamos congruência (com o método EMD de comparação de distribuições). Primeiramente, comparamos, para cada país, as distribuições ideológicas de cidadãos e eleitores (ou seja, daqueles que declararam ter votado nas eleições em questão); em seguida, desses eleitores para seus votos (a ideologia de cada partido no banco da Universidade de Salamanca, ponderada pelo percentual respectivo de votos nas eleições), e finalmente de votos para cadeiras (o mesmo dado utilizado para votos, agora ponderado pela proporção de *cadeiras*).

Os dados utilizados neste momento são do *Barômetro das Américas* e do Projeto Elites Latinoamericanas, uma survey com deputados da região. Para o Barômetro das Américas, utilizamos as ondas de 2010 e 2012 (por terem mais questões perfeitamente comparáveis à pesquisa de elites). Para o PELA, os dados são de ondas e períodos diversos, sobretudo entre as legislaturas de 2010-2016 (as decisões foram sempre para trazer a maior proximidade temporal possível com as pesquisas de opinião).

Na primeira etapa (cidadãos-eleitores), também utilizamos dados do CSES (Comparative Studies of Electoral Systems). Só com uma análise com um número maior de casos (países/eleições) podemos generalizar os resultados encontrados em países latinoamericanos. No entanto, esta análise só pode ser feita para a escala Esquerda-Direita, já que não existem perguntas de *issues* específicos para muitos países/eleições neste banco de dados. Também pretendemos estender essa análise

para as outras duas etapas, mas é preciso notar que a maneira de medir a ideologia de *partidos* será consideravelmente diferente da utilizada com os dados do PELA, já que o CSES não inclui entrevistas com elites: o que há disponível são entrevistas com experts ou a percepção dos próprios cidadãos sobre a ideologia de cada partido⁷.

A interpretação do EMD é consideravelmente fácil: os valores são diretamente relacionados à escala das distribuições a serem comparadas. Portanto, se estamos comparando escalas de 0 a 10 no eixo Esquerda-Direita, para parlamentares e cidadãos, sendo o valor máximo é sempre o mesmo da escala original, teríamos o valor 10 se todos os parlamentares estiverem totalmente à direita e todos os cidadãos totalmente à esquerda (ou vice-versa). Da mesma forma, um EMD igual a zero seria atingido se a distribuição dos dois grupos fosse idêntica (seja qual for).

Estes dados a partir de experts e cidadãos mencionados há pouco são úteis, aliás, para a segunda análise que realizamos aqui: uma investigação pormenorizada sobre a etapa *eleitores-votos*, onde realizamos uma regressão linear (GLM) tendo como variável dependente a congruência ideológica entre eleitores e seus respectivos partidos (medida por experts). Aqui, não estamos realizando comparação de distribuições nem diferença de médias agregadas, mas a diferença da congruência *one-to-one*, de cada eleitor com o partido votado. Como variáveis explicativas, justamente a diferença entre a percepção do eleitor e esses experts, a "congruência potencial"(distância para o partido mais próximo disponível) e a "incongruência voluntária"(diferença entre a distância para o partido votado e a distância para o partido mais próximo, ambas como percebido pelo próprio eleitor, para medir o quanto, em média, por país, as pessoas votam em partidos mais distantes no espectro mesmo tendo outras opções mais próximas e sabendo disso).

3.1 Congruência entre cidadãos e eleitores

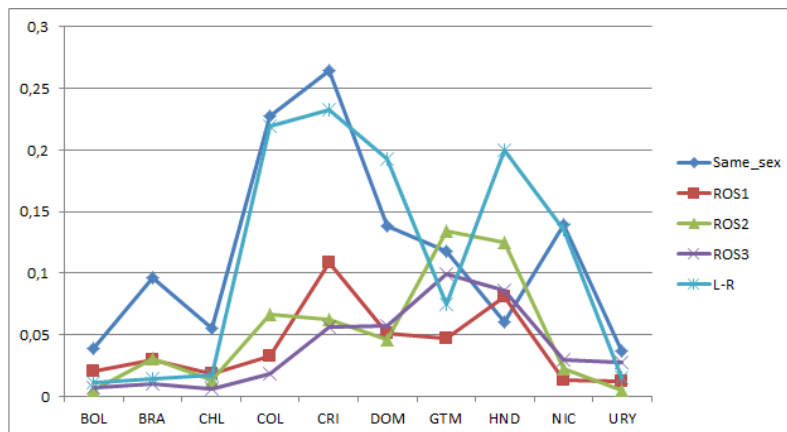


Figura 6 – Citizen – to – voter congruence (EMD)

Como podemos ver, Costa Rica e Colômbia apresentam a menor congruência nesse estágio (maior EMD). À primeira vista, podemos atribuir o resultado da Colômbia ao voto facultativo. No entanto, a Costa Rica tem voto compulsório (ainda que não haja um *enforcement*), ao passo que países como Guatemala e Nicarágua (onde votar também é opcional) possuem níveis mais altos de congruência.

⁷ Outro obstáculo para uma análise desse porte é que o cálculo de EMD é bastante oneroso em termos de cálculo computacional, de modo que fazê-la apenas com países latino-americanos gerou um dispêndio considerável de tempo (em alguns casos mais de 6 horas, utilizando R Studio, em computador com 8GB de memória RAM e processador Intel 1.70GHz). Fazê-la com mais países requer computadores mais rápidos ou um dispêndio ainda maior de tempo.

É interessante notar também que as tendências em cada país são similares entre os diferentes componentes ideológicos aqui medidos: casamento homoafetivo, estatismo de empresas e a escala Esquerda-Direita (para a qual, excetuando Honduras, os valores seguem consideravelmente os valores de estatismo)⁸

Mas, para além das variações e possíveis explicações para elas, o resultado mais expressivo nesses dados são os altos níveis de congruência em todos países (baixo EMD). A maior distância entre cidadãos e eleitores verificada é na Costa Rica, para a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo: aproximadamente 0,26. Isso significa que, em média, os cidadãos estão mais ou menos a um quarto de um ponto de diferença dos eleitores sobre esse assunto. Na grande maioria dos casos se quer chegamos a 0,15.

Dados do CSES (Comparative Study of Electoral Systems) nos permitem uma análise mais ampla, com 72 eleições na América Latina e Europa para a Câmara Baixa. Novamente a distância ideológica entre as distribuições é sempre pequena: os maiores EMDs encontrados foram para Itália - 2006 (0,3513), República Tcheca (0,3259) e Bulgária (0,321). Esses números são extremamente para uma escala de 10 pontos, corroborando o que foi encontrado nos dados das outras pesquisas com países latinoamericanos. Resumindo, não parece haver um viés ideológico sistemático entre pessoas que comparecem às urnas. A congruência cidadão-eleitor é sempre alta, independentemente dos níveis de participação política.

Com os dados do CSES realizamos uma regressão tendo como única variável explicativa o *voto obrigatório*. Os coeficientes são insignificantes não só estatisticamente, mas substantivamente também (Tabela 1 abaixo).

Os resultados apresentados agora nos sugerem que a distância entre cidadãos e representantes (e as possíveis explicações para a mesma) devem estar em *outras etapas* do processo eleitoral.

Tabela 1 – Regressão linear - EMD cidadãos-eleitores (dados do CSES)

<i>Dependent variable:</i>	
	EMD
compulsory	0.001 (0.020)
Constant	0.101*** (0.011)
Observations	72
Log Likelihood	81.939
Akaike Inf. Crit.	-159.878
<i>Note:</i>	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

⁸ É interessante notar que testamos também dados das medidas alternativas mencionadas anteriormente, como diferença de médias e comparação de CDFs, e os resultados foram similares.

3.2 Congruência eleitores-voto

Aqui, em nossa análise exploratória com países latinoamericanos, vemos diferenças mais significativas entre os países, com alguns EMDs consideravelmente altos. Os valores no Brasil, por exemplo, para estatismo de empresas, estão acima de 2,0. Mesmo no Chile e na Costa Rica, democracias mais estabelecidas, a distância entre eleitores e os partidos que votaram é considerável para esta variável (em torno de 1,5). Em Honduras, tanto para esta questão quanto para a de ordem cultural (casamento homoafetivo) os valores também ficam próximos de 1,5. Precisamos ter sempre em mente que a questão do *estatismo* está numa escala de 7 pontos, o que significa que um EMD de 3,5 significaria que as distribuições de um grupo estariam, em média, a 50% de todo grau de distância, de discordância possível na escala, em relação ao outro grupo comparado - aqui, eleitores e os partidos votados).

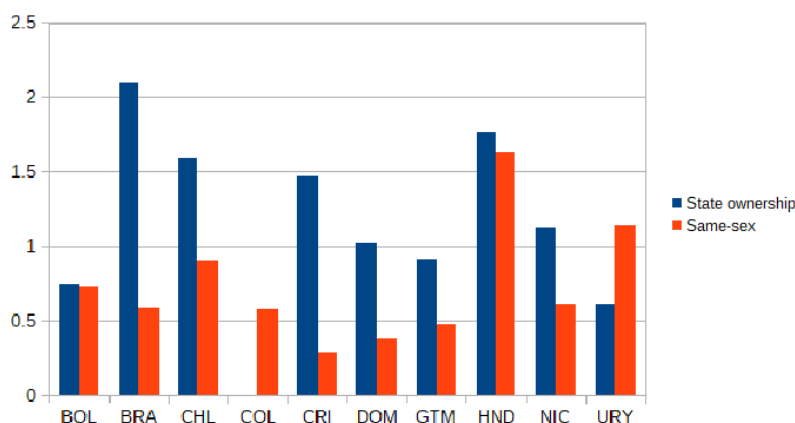


Figura 7 – Congruência entre eleitores e partidos votados

O número de casos aqui não nos permite uma análise mais robusta, mas podemos sugerir, em caráter exploratório, fatores explicativos para as variações aqui encontradas. O *número de partidos*, por exemplo, vêm à mente, mas no sentido contrário ao proposto inicialmente pela literatura: o Brasil é conhecido como um dos países com maior número de siglas do planeta, ou mesmo *o maior de todos*. Ao menos na América Latina está seguro no 1º lugar deste ranking (veja 8). O Chile também tem um sistema multipartidário amplo, em comparação com outros países neste estudo. Dessa forma, há uma leve sugestão aqui de que a tese de "excesso de escolhas, más escolhas" teria seu lugar em nossa região. Porém, os valores para a Guatemala são próximos aos do Chile, mas a congruência naquele país é consideravelmente maior, enquanto Honduras tem um índice de partidos efetivos baixo (2,46).

Os dados para a escala Esquerda-Direita estão na Tabela 2. Nesse caso, o Brasil novamente está entre os países com menor congruência, junto à República Dominicana. Mas ambos são superados pela Bolívia, que apresenta um EMD consideravelmente alto, de 2,382.

A congruência eleitoral parece ser o estágio mais complexo, podendo ser afetada por fatores diversos. Em breve, procederemos para uma investigação sobre as razões que levam alguém a votar em candidatos mais ou menos próximos, e apresentamos evidências empíricas sobre quais desses fatores têm maior poder para explicar as variações de congruência entre países. Antes disso, concluiremos a análise de cada etapa do processo de escolha de representantes.

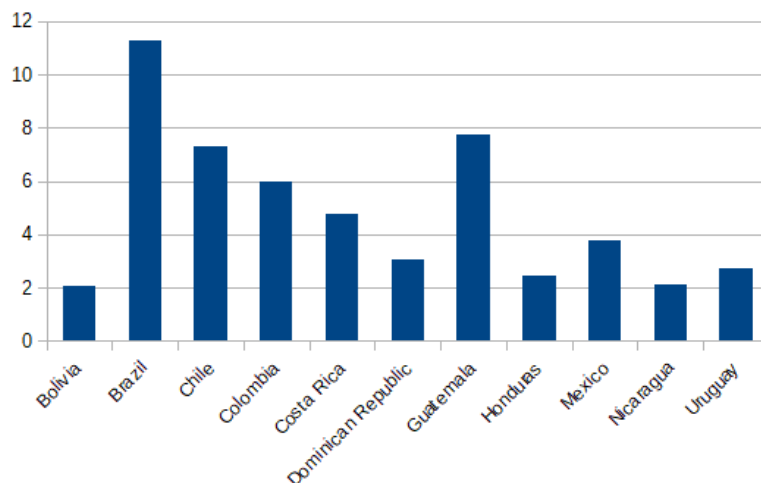


Figura 8 – Número efetivo de partidos

Tabela 2 – Congruência entre eleitores e votos - Esquerda/Direita

	Diff in Means	EMD	CDF overlap
BOLIVIA	0.533	2.382	135.737
BRAZIL	0.584	1.470	83.745
CHILE	0.904	0.565	32.122
COLOMBIA	0.387	0.932	52.994
COSTA RICA	0.248	1.038	59.012
REP DOM	0.375	1.582	89.976
GUATEMALA	0.391	0.834	47.491
HONDURAS	1.631	0.872	49.555
NICARAGUA	0.189	1.149	65.308
URUGUAY	0.803	0.669	38.058

3.3 Congruência votos-cadeiras

Finalmente, chegamos ao momento em que a escolha eleitoral se concretiza em representação política. Aqui, as variáveis-chave seriam *malapportionment* e proporcionalidade do sistema eleitoral. Entretanto, os EMDs são extremamente pequenos para todos os países analisados (ver Tabelas 3 a 5). Quase nenhum EMD chega a 0,1 sequer. Os maiores valores surgiram na Colômbia, para casamento entre pessoas do mesmo sexo (0,258) e Esquerda/Direita (0,205), ainda assim longe de ser algo expressivo.

Os dados podem não estar capturando diferenças regionais, já que as distribuições utilizadas para ponderar as cadeiras (e os votos) são para o país inteiro. A análise seria mais precisa com distinções de distritos eleitorais (no caso brasileiro, Estados da Federação), mas é difícil conseguir dados caso-a-caso.⁹ Ainda assim, os resultados mostram que, no agregado entre possíveis diferenças geográficas (*malapportionment* e de regras de cálculo de cadeiras (proporcionalidade do sistema), não há efeito. Seria interessante investigar a fundo, distinguindo por distrito eleitoral, para

⁹ Pode também trazer discussões sobre *desidentificação* dos dados, já que o PELA inclui em seu Termo de Uso que os dados individuais são sigilosos e veta qualquer esforço para identificar um deputado. Como em alguns distritos eleitorais podem ter só um deputado em cada partido, essa identificação ficaria clara

Tabela 3 – *Congruência entre votos e cadeiras - estatismo*

	Diff in Means	EMD	CDF overlap
BRAZIL	0.011799673	0.011799637	1.0058717
BOLIVIA	0.002860376	0.002860357	0.2438588
CHILE	0.061096832	0.058522809	5.212534
COLOMBIA	0.095801935	0.095801932	8.1670547
COSTA RICA	0.057288501	0.057288592	4.8929194
REP. DOMINICANA	0.09995582	0.099955852	8.5317758
GUATEMALA	0.049589466	0.037485044	4.2349671
HONDURAS	0.030814212	0.030814198	3.1541107
NICARAGUA	0.05627903	0.056279054	4.8061649
URUGUAY	0.004173637	0.002451534	0.3558912

certificar que o *malapportionment* não é mesmo fonte de *incongruência*, mas se no agregado não há efeito considerável para *nenhum país*, não parece possível que haja efeito por parte de um dos fatores aqui envolvidos. Cabe lembrar também que aqui estamos falando apenas de *lower chamber*, e para alguns países latinoamericanos. No Brasil, por exemplo, os resultados poderiam ser bem diferentes para o Senado Federal, onde o *malapportionment* é mais acentuado e o sistema eleitoral é menos proporcional.

Com tudo que foi exposto aqui, nos parece interessante investigar mais a fundo as razões para a variação nos níveis de congruência entre países *no momento eleitoral*, já que nas outras etapas (cidadão-eleitor e votos-cadeiras) as diferenças de distribuição foram desprezíveis.

Tabela 4 – *Congruência entre votos e cadeiras- casamento homoafetivo*

	Diff in Means	EMD	CDF overlap
BOLIVIA	0.005	0.005	0.299
BRAZIL	0.003	0.059	3.347
CHILE	0.045	0.045	2.582
COLOMBIA	0.258	0.258	14.696
COSTA RICA	0.010	0.010	0.583
REP DOM	0.056	0.068	3.842
GUATEMALA	0.060	0.062	3.518
HONDURAS	0.092	0.092	5.247
NICARAGUA	0.037	0.041	2.324
URUGUAY	0.012	0.012	0.696

3.4 Explicações para o voto ideologicamente (in)congruente

Buscamos elucidar agora os motivos para maior ou menor distância ideológica entre os eleitores e o partido em que votam, em nível agregado por país/eleição¹⁰.

¹⁰ Uma análise multinível, para entender as variações no nível micro, de indivíduo para indivíduo, também está na agenda de pesquisa da qual esse artigo faz parte.

Tabela 5 – Congruência entre votos e cadeiras- Esquerda/Direita

	Diff in Means	EMD	CDF overlap
BOLIVIA	0.003	0.003	0.197
BRAZIL	0.030	0.052	2.938
CHILE	0.095	0.098	6.278
COLOMBIA	0.205	0.205	11.664
COSTA RICA	0.008	0.009	0.633
REP DOM	0.122	0.150	9.616
GUATEMALA	0.028	0.028	1.787
HONDURAS	0.098	0.098	6.262
NICARAGUA	0.193	0.193	12.357
URUGUAY	0.001	0.005	0.350

Propõem-se aqui 3 razões principais para um indivíduo votar em candidatos menos próximos ideologicamente:

1. *Oferta* - se não há candidatos próximos, a distância mínima possível já é alta. Isso é esperado, por exemplo, para eleitores extremistas em eleições com poucos candidatos, havendo a tendência de movimento dos partidos para o *median voter*. Seguindo autores como [Powell \(2017\)](#), utilizamos a congruência com o partido mais próximo (*closest party*) como medida para isso. Podemos chamar essa medida, por tanto, de "potencial de congruência".
2. *Percepção sobre os candidatos e sua ideologia* - podem haver candidatos próximos mas serem desconhecidos pelo eleitor, ou ele pode simplesmente desconhecer sua ideologia. Ou ainda, sua percepção subjetiva sobre eles pode ser muito díspare da ideologia "objetiva" deles. Não é possível medir ideologia "objetiva" de um partido ou candidato, mas podemos considerar a atribuição dada por *expert surveys*, que consta no CSES, ou ainda a média da atribuição dada pelos próprios cidadãos, em contraste à percepção de cada eleitor. Contrastando esse valor com aquele atribuído pelo próprio indivíduo, podemos ter uma medida aproximada de quanto sua própria percepção e conhecimento sobre a ideologia dos partidos disponíveis pode influenciar seu voto.
3. *Voto não-ideológico*: se mesmo tendo opções que o próprio eleitor considera próximas, o eleitor não as escolhe, podemos considerar isso como "incongruência voluntária". Como já mencionado, para existe um debate sobre *valence x spatial vote*, e autores como [Clarke \(2009, cap.2\)](#) acham que os eleitores tendem mais para a primeira opção do que para a segunda, escolhendo seus candidatos por características pessoais como a capacidade de governar. Foge do escopo deste trabalho determinar se essa incongruência voluntária é causada por *valence vote*, ou por outros fatores como o personalismo (que não é exatamente não-ideológico, ainda que costume ser mais ligado a essas outras características pessoais do que a ideologia), ou mesmo por elementos ideológicos não captados nos dados que utilizamos. Mas com a medida que utilizamos aqui (diferença entre a congruência do eleitor com o partido mais próximo, em sua *própria visão*, e a congruência com o partido em que votou) nos permite, ao menos para o componente ideológico disponível nos dados (Esquerda-Direita), isolar esse voto propositalmente "não-espacial" de outros fatores.

Com esses três fatores transformados em Variáveis Independentes, rodamos uma Regressão (mais especificamente, GLM - *Generalized Linear Models*) tendo a congruência entre a ideologia do eleitor e do partido votado (esta última de acordo com a visão dos *experts*) como Variável Dependente. Os dados são do CSES, e aqui também se tratam de eleições para Câmara baixa. Os resultados (Tabela 6) nos mostram que a discrepância na avaliação ideológica dos partidos é o fator que mais explica a variação na congruência. A diferença entre o partido votado e o partido mais próximo, acima classificada como "incongruência voluntária", também tem um grau considerável de importância segundo o modelo apresentado. É preciso realizar análises complementares para dar mais robustez a esses achados, mas o que se sugere aqui é um problema mais ligado a fatores individuais de cognição e de cultura política do que uma questão de sistemas políticos (ainda que, como já citado, sistemas políticos complexos possam aumentar a dificuldade dos eleitores em tomar decisões informadas - e talvez possam também favorecer um voto menos ideológico).

Para além da questão cognitiva, que parece trazer uma carga normativa implícita, é preciso atentar para não apenas para o fato de que a (in)congruência voluntária também parece exercer um papel importante aqui, mas também para o que significa a variável relacionada à percepção aqui: além de uma percepção *equivocada* ou falta de conhecimento e interesse pelos partidos, pode haver apenas uma percepção diferente. Afinal, como já mencionamos, não é fácil determinar uma percepção objetiva sobre algo tão complexo (e de caráter inevitavelmente subjetivo) como ideologia.

Tabela 6 – Coeficientes da Regressão (GLM) - Congruência ideológica com partido votado (expert placement)

	<i>Coeficientes</i>
Closest	0.051 (0.035)
Difference (closest - voted)	0.140** (0.067)
Difference of placement (voter-expert)	0.715*** (0.036)
<i>Constant</i>	0.072 (0.186)

* Erro-padrão agrupado (*clustered SE*) em parênteses

4 Considerações Finais

Os resultados empíricos apresentados neste trabalho, sobretudo na última seção, podem ajudar a explicar os resultados inconclusivos sobre a superioridade dos sistemas proporcionais, postulada em teoria, e até algumas vantagens em sistemas majoritários, encontradas em certos países. Como o número de casos nesse tipo de análise não é tão alto, casos individuais ainda exercem um certo peso. Um país como Brasil, por exemplo, que muitas vezes apresenta *baixo grau de congruência*, e tem alto número de candidatos, e sistema complexo, níveis educacionais ainda

insatisfatórios (em que pese um aumento considerável dos índices de alfabetização), pode impactar os resultados de regressões em favor de sistemas majoritários.

Em suma, os diferentes níveis de proximidade ideológica entre cidadãos e representantes não parecem estar atribuídos a sistemas políticos. Ainda é preciso muitas investigações para confirmar isso, até porque sistemas políticos são muito mais diversos do que uma classificação binária como Majoritários X Proporcionais poderia sugerir. E justamente por essa diversidade, considerando o número de países (com eleições minimamente legítimas) existentes no planeta, fica difícil fazer qualquer tipo de análise satisfatória: seriam muitas variáveis independentes para poucos casos.

E justamente por esse obstáculo optamos por "dar um passo para trás" e realizar uma análise mais pormenorizada, menos agregada, de cada momento eleitoral. Ganhando mais compreensão sobre como cada etapa eleitoral atua sobre o resultado final, e sobre como as características institucionais, socioeconômicas ou até culturais podem agir em cada uma dessas etapas, podemos pensar em modelos melhores para analisar o resultado agregado, ou mesmo nos dados que poderíamos colher para isso. No que se refere à coleta de dados, pareceria valioso ter informações precisas sobre a *percepção* de indivíduos sobre *posição política* dos candidatos e partidos em questões específicas (como as utilizadas na primeira parte deste artigo). Isso possibilitaria um índice de diferença de percepção muito mais sólido. Não apenas por possíveis vantagens já discutidas em relação ao índice Esquerda-Direita, e por fornecer uma alternativa a ele, mas porque nesse caso há uma vantagem adicional: se a percepção objetiva sobre um índice abstrato é algo difícil de se definir, a percepção sobre a posição alheia em questões concretas parece mais razoável. Dados dos recém-desenvolvidos VAA (*voting advice applications*), aplicativos desenvolvidos para comparar as posições do eleitor com a dos candidatos e fornecer a eles uma escolha mais próxima, poderiam ser úteis a esse respeito (mas os próprios aplicativos, em tese, aumentariam a congruência - é essa sua intenção, ao menos). Seja como for, tanto a inexistência de distorções significativas entre a distribuição ideológica de *votos* e de *cadeiras*, apresentada antes, como esta última análise, nos sugerem que as causas principais de distância ideológica entre representantes e cidadãos não estão no Sistema Eleitoral. O voto compulsório, outro elemento institucional aqui abordado, também não parece exercer efeito significativo, como a análise entre cidadãos e eleitores mostrou, e a regressão específica com essa variável independente corroborou. No entanto, ele pode ter um efeito indireto sobre as diferenças de percepção que, por sua vez, afetam a congruência eleitor-voto (segundo nossa análise).

A participação eleitoral, que guarda sua própria complexidade, sendo determinada não só por essa regra da obrigatoriedade, mas também por outros fatores de ordem socioeconômica, institucional e de cultura política, também não parece exercer efeito significativo sobre a congruência.

Ainda que os resultados aqui apresentados não tenham nenhuma pretensão de robustez, eles oferecem uma contribuição para debates antigos e novos sobre a questão da congruência ou da qualidade da representação política. Essa contribuição talvez resida mais no esforço por estratégias inovadoras de análise, do que nos resultados propriamente ditos. De fato, os resultados, por assim dizer, "nulos", na primeira e na terceira etapa eleitorais, podem ser frustrantes, se considerarmos que um grande esforço por uma análise diferenciada foi feito e não se encontrou nada de importante nessas etapas. No entanto, a não-existência de efeito parece importante fato aqui. A literatura muitas vezes sugere que parte da diferença entre sistemas proporcionais e majoritários, por exemplo, poderia estar no terceiro momento (do cálculo de cadeiras), hipótese que perde força aqui. E mesmo a relação entre cidadãos e eleitores, que parece receber pouca atenção dos analistas da congruência, aparece indiretamente, quando se estudam fatores como o próprio voto compulsório ou a relação entre participação eleitoral e congruência. Sendo assim, é sempre importante trazer

resultados que podem ajudar elucidar *aonde estão* as relações causais, ou mesmo *porque* certas relações causais não existem ou não são como esperado, como ocorre com a longa discussão sobre a influência dos sistemas eleitorais na congruência.

A criação de variáveis explicativas para medir diferenças de percepção e a "incongruência voluntária", para contrapô-las a outra variável já conhecida (e utilizada por outros autores), que mede a "congruência potencial" *closest party*, também pode auxiliar na construção de novos caminhos para a literatura especializada no assunto. Dessa forma, as estratégias de análise aqui sugeridas podem ser combinadas com outros bancos de dados (ou mesmo inspirar a criação de novos bancos, como acabamos de comentar) e com outras metodologias e estratégias de análise, a fim de trazer conhecimentos mais robustos tanto sobre debates que parecem intermináveis (a comparação dos sistemas eleitorais) quanto sobre outros novos que vão surgindo à medida que essa literatura se desenvolve.

Referências

BELCHIOR, A. M. Explaining left–right party congruence across European party systems: a test of micro-, meso-, and macro-level models. *Comparative Political Studies*, v. 46, n. 3, p. 352–386, 2013. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010414012453695>>. Citado na página 1.

BELCHIOR, A. M.; FREIRE, A. Is party type relevant to an explanation of policy congruence? Catchall versus ideological parties in the Portuguese case. *International Political Science Review*, v. 34, n. 3, p. 273–288, 2013. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0192512112467215>>. Citado na página 1.

BLAIS, A.; BODET, M. A. Does proportional representation foster closer congruence between citizens and policy makers? *Comparative Political Studies*, v. 39, n. 10, p. 1243–1262, 2006. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010414005284374>>. Citado na página 1.

BOBBIO, N. *Left and right: The significance of a political distinction*. [S.l.]: University of Chicago Press, 1996. Citado na página 4.

CEPALUNI, G.; HIDALGO, F. D. Compulsory voting can increase political inequality: Evidence from Brazil. *Political Analysis*, v. 24, n. 2, p. 273–280, 2016. Citado na página 2.

CLARKE, H. D. *Performance politics and the British voter*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2009. Citado 2 vezes nas páginas 2 e 16.

CONVERSE, P. E. The nature of belief systems in mass publics (1964). *Critical review*, v. 18, n. 1-3, p. 1–74, 2006. Citado na página 7.

DOLNY, B.; BABOŠ, P. Voter–Representative Congruence in Europe: A Loss of Institutional Influence? *West European Politics*, v. 38, n. 6, p. 1274–1304, 2015. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402382.2015.1053180>>. Citado na página 1.

FREEDEN, M. *Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach*. [S.l.]: Clarendon Press, 1996. Google-Books-ID: 8SYSDAAAQBAJ. ISBN 9780198275329. Citado na página 6.

GOLDER, M.; FERLAND, B. *Electoral Rules and Citizen-Elite Ideological Congruence*. Oxford University Press Oxford, 2017. Disponível em: <<http://mattgolder.com/files/research/congruence.pdf>>. Citado 2 vezes nas páginas 1 e 10.

GOLDER, M.; LLOYD, G. Re-evaluating the relationship between electoral rules and ideological congruence. *European Journal of Political Research*, v. 53, n. 1, p. 200–212, 2014. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1475-6765.12031/full>>. Citado na página 1.

GOLDER, M.; STRAMSKI, J. Ideological congruence and electoral institutions. *American Journal of Political Science*, v. 54, n. 1, p. 90–106, 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-5907.2009.00420.x/full>>. Citado 3 vezes nas páginas 1, 9 e 10.

HILL, L.; YOUNG, S. Protest or error? Informal voting and compulsory voting. 2007. Citado na página 2.

HOOGHE, M.; STIERS, D. Do reluctant voters vote less accurately? The effect of compulsory voting on party–voter congruence in Australia and Belgium. *Australian Journal of Political Science*, v. 52, n. 1, p. 75–94, 2017. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10361146.2016.1260685>>. Citado na página 1.

LEVITIN, D. J. *The organized mind: Thinking straight in the age of information overload*. [S.l.]: Penguin, 2014. Citado na página 10.

LUPU, N.; SELIOS, L.; WARNER, Z. A New Measure of Congruence: The Earth Mover’s Distance. *Political Analysis*, v. 25, n. 1, p. 95–113, 2017. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/political-analysis/article/div-classtitlea-new-measure-of-congruence-the-earth-movers-distancediv/8699CA3E41430C3E3B9086D0709B388A>>. Citado 4 vezes nas páginas 4, 7, 9 e 10.

MCALLISTER, I.; MAKKAI, T. Institutions, society or protest? Explaining invalid votes in Australian elections. *Electoral Studies*, v. 12, n. 1, p. 23–40, 1993. Citado na página 2.

MCALLISTER, I.; SHEPPARD, J.; BEAN, C. Valence and spatial explanations for voting in the 2013 Australian election. *Australian Journal of Political Science*, v. 50, n. 2, p. 330–346, 2015. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10361146.2015.1005005>>. Citado na página 1.

PITKIN, H. F. *The concept of representation*. [S.l.]: Univ of California Press, 1967. Citado na página 8.

POWELL, G. B. The ideological congruence controversy: The impact of alternative measures, data, and time periods on the effects of election rules. *Comparative Political Studies*, v. 42, n. 12, p. 1475–1497, 2009. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010414009332147>>. Citado na página 1.

POWELL, G. B. Ideological Congruence: Illusion or Imperfection? *Legislative Studies Quarterly*, 2017. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/lsq.12177/full>>. Citado na página 16.

POWER, T. J. Compulsory for whom? Mandatory voting and electoral participation in Brazil, 1986–2006. *Journal of Politics in Latin America*, v. 1, n. 1, p. 97–122, 2009. Citado na página 2.

SINGH, S. P. Elections as poorer reflections of preferences under compulsory voting. *Electoral Studies*, v. 44, p. 56–65, 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261379416300531>>. Citado na página 1.

STADELMANN, D. et al. Voters elect politicians who closely matched their preferences. *Economics Bulletin*, v. 33, n. 2, p. 1001–1009, 2013. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/ebl/ecbull/eb-12-00588.html>>. Citado na página 1.

WALGRAVE, S. et al. Why representation fails. Determinants of incorrect voting in a crowded party system. In: *NCCR Democracy Workshop on Political Representation "New Ways of Measuring and Old Challenges"*. [s.n.], 2009. v. 12. Disponível em: <<http://uahost.uantwerpen.be/m2p/publications/1267171344.pdf>>. Citado na página 1.

WARWICK, P. V. The Ideological Congruence Illusion: The Impact of Valence. *Legislative Studies Quarterly*, v. 41, n. 2, p. 445–469, 2016. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/lsq.12120/full>>. Citado na página 1.